**ATA Nº 11/2020 (11ª SESSÃO ORDINÁRIA)**

Aos treze dias do mês de abril, às dezenove horas e trinta minutos, foi realizada a 11ªSessão Ordinária do ano de dois mil e vinte; em cumprimento a Resolução de Mesa nº 62, de 2020, a reunião aconteceu novamente por meio de videoconferência. Participaram da sessão os seguintes vereadores: Presidente Ultramar Luiz de Sousa (PDT), Vice-presidente Janete Leandra Pretto Franco (DEM), Secretário Josias de Oliveira (MDB), Irani Oliveira da Rosa (DEM), Horacio Ferrando Dornelles (PDT), Douglas de Almeida Bertollo (PDT), Valdez Krampe (PDT), Neri Mário Bidinha (PDT), Joel Antunes da Rosa (DEM). A ata da última Sessão Ordinária, sem discussão, foi aprovada por unanimidade. Foram lidas as seguintes correspondências vindas do Poder Executivo na leitura dos expedientes: Ofício nº 111/20 e nº 112/20 que encaminharam retorno aos Pedidos de Informação do Vereador Ultramar. De outras fontes: foi recebido da Associação Hospitalar Bom Pastor o Ofício nº 59/20 que encaminhou os documentos pertinentes a prestação de contas do Convênio nº 07 de 2019. De origem do Poder Legislativo: o Pedido de Providência do Vereador Irani solicitou ao setor competente do Poder Executivo que providencie o encascalhamento das estradas que dão acesso à propriedade do Senhor Gabriel Santi, na localidade de Santo Antônio. O Pedido de Informação do Vereador Horacio solicitou ao Poder Público Municipal que informe se foi rescindido algum contrato de prestação de serviço nos últimos dias, caso afirmativo, que seja informado por que foi rescindido o contrato; se serão realizados novos contratos com as mesmas pessoas; e qual o impacto na área de atuação do referido contrato rescindido. O Vereador Douglas solicitou ao Executivo por qual motivo as regularizações das obras referentes à Lei nº 2.999/2020 estão sendo indeferidas, se o motivo for judicial, informar número do processo e encaminhar cópia da decisão liminar; e a Promotoria de Justiça o Vereador Douglas solicitou se está sendo investigada a possível fraude na licitação que culminou na aquisição do britador móvel, pelo Município de Santo Augusto/RS (Ofício nº 262/2018); se está sendo investigada possível irregularidade na Lei nº 2.976/2019, referente ao Projeto nº 65/2019 (Ofício nº 238/2019); se já foi instaurado procedimento criminal em face da ex-vereadora Dione Dagmar Sperotto, por enriquecimento ilícito (Ofício nº 359/2019). O Pedido de Informação do Vereador Ultramar solicitou ao Executivo quanto o Município repassa em valores para a EMATER de Santo Augusto/RS; qual o nome das entidades que fazem parte do conselho Municipal Agropecuário e o nome dos indicados para o referido conselho. Tiveram a seguinte tramitação os projetos em andamento na Casa Legislativa: Projeto de Lei nº 15, Projeto de Lei nº 16 com a emenda, Projeto de Lei nº 17 com a emenda, Projeto de Lei nº 18 e o Projeto de Lei nº 20, foram baixados para a Ordem do Dia; já o Projeto de Lei nº 21, Projeto de Lei nº 22, Projeto de Lei nº 23, Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 02 e o Veto Total ao Projeto de Lei do Legislativo nº 03 foram baixados para a Comissão de Finanças e Orçamento para análise e parecer. Na Ordem do Dia, os seguintes projetos foram aprovados por unanimidade: Projeto de Lei nº 15, de 30 de março de 2020, que “Cria cargos de Monitor de Escola e altera a redação da tabela do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.692, de 30 de dezembro de 2003 e define situação de excepcional interesse público e autoriza contratação temporária”; Projeto de Lei nº 16, de 30 de março de 2020, que “Define situação de excepcional interesse público e autoriza contratação temporária de Agente Comunitário de Saúde”, com emenda; Projeto de Lei nº 17, de 30 de março de 2020, que “Define situação de excepcional interesse público e autoriza contratação temporária de Professor de Libras”, com emenda; Projeto de Lei nº 18, de 30 de março de 2020, que “Define situação de excepcional interesse público e autoriza contratação temporária de Servente”; Projeto de Lei nº 20, de 06 de abril de 2020, que “Autoriza o Poder Executivo municipal a abrir Crédito Adicional Especial”; os projetos aprovados tiveram parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Educação, Desporto e Saúde. Após a Ordem do dia, o Presidente convocou os edis para próxima sessão ordinária, no dia 22 de abril, após o feriado. Por fim, declarou encerrada a presente sessão.